



CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATA – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2025

Ata da Audiência Pública de 23 de fevereiro de 2026 - Prestação de Contas do 3º quadrimestre de 2025 dos Poderes Executivo, Legislativo e Previporã do Município de Ponta Porã/ MS. Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, bom dia. Convido para Secretariar a presente sessão a vereadora Natália Velásques, presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Esta Audiência Pública realizada pela Comissão permanente de Economia, Finanças e Fiscalização da Câmara Municipal de Ponta Porã, sob a direção de Agnaldo Pereira Lima. Bom dia a todos. Essa audiência pública é realizada pela Comissão Permanente de Economia, Finanças e Fiscalização da Câmara Municipal de Ponta Porã, sob a direção do vereador Agnaldo Pereira Lima, ao qual passo a palavra. De acordo com as determinações legais conferidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e no artigos 75, inciso XI, da Lei Orgânica do Município de Ponta Porã, iniciamos neste momento, a Audiência Pública de demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 3º quadrimestre do exercício de 2025. Passaremos a composição da mesa dos trabalhos. Convido o presidente desta Casa, vereador Jelson Bernabé, para compor a mesa de autoridades. Convido o senhor Miguel Jaime, conselheiro do Instituto de Previdência Social/Previporã. E convidamos também, o senhor Fabrício Cerviéri, Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento. Convido a senhora Fernanda Palermo Diretora do Departamento Financeiro da Câmara Municipal de Ponta Porã. Em tempo, gostaria de agradecer a presença da excelentíssima senhora vereadora Lourdes Monteiro e do excelentíssimo senhor vereador José Menino Júnior e convido os senhores vereadores para ocuparem seus lugares no plenário. Em nome da transparência, da moralidade e da democracia, declaro aberta a presente Audiência Pública de prestação de contas do 3º quadrimestre do exercício de 2025. Neste momento, a gente vai desfazer a mesa e ocupar os nossos lugares no plenário, para que possamos assistir às explanações gerais em ato contínuo. Já convido para que façam as suas explanações na sequência. Convidamos para





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ocupar os seus lugares e apresentações na seguinte ordem: Senhora Fernanda Palermo, primeira apresentação. Segunda apresentação, Rafael Fração, neste ato, representado pelo Miguel Jaime, conselheiro do Instituto de Previdência. E terceira apresentação, senhor Fabrício Cerviéri, Secretário Municipal de Planejamento e Finanças. Bom dia às autoridades presentes, ao público e aos funcionários desta Casa de Leis. Prestação de contas do 3º quadrimestre de 2025. Os dados aqui apresentados são consolidados e maiores esclarecimentos dos mesmos poderão ser solicitados oficialmente às secretarias competentes. Legislação aplicável. Parágrafo 4º do Art. 9º e Art. 63 da Lei nº 101 de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal. As informações aqui transcritas foram extraídas dos balancetes entre 01/01/ 2025 à 31/12/ 2025. Valor do repasse do executivo, de janeiro a dezembro, R\$ 21.600.000,00 reais. Despesas realizadas no período. Vencimentos, vantagens fixas, pessoal civil. Subsídios de vereadores e salários de funcionários, R\$ 11.191.072,84. Obrigações patronais previdenciárias de INSS feito pela Câmara, vereadores e funcionários, R\$ 1.550.463,44. Contribuições patronais para o Previporã da Câmara, funcionários ativos, R\$ 332.143,676. Aporte para cobertura de déficit atuarial do Previporã, funcionários ativos, R\$ 350.000,00. Despesas com manutenção do Legislativo, aplicações diretas, Equipamentos e materiais permanentes, R\$ 113 mil. Diária e civil, R\$ 77 mil. Materiais de consumo, R\$ 420 mil. Passagens e despesas com locomoção, R\$ 25 mil. Serviços de consultoria, R\$ 846 mil. Serviços de terceiros, Pessoa jurídica, 1 milhão e 841 mil reais. Serviços de tecnologia da informação e comunicação, R\$ 166 mil. Indenizações, R\$ 85 mil. Um total de R\$ 3.577 mil reais. Total das despesas realizadas no período, foi de R\$ 17 milhões de reais. Obrigações previdenciárias parte do INSS do Segurado, vereadores e funcionários, pago R\$ 730 mil. Obrigações Previporã parte do Segurado, pago R\$ 338 mil funcionários ativos. Aplicação constitucional nos últimos 12 meses. Gasto com pessoal, o limite da Constituição da Lei de Responsabilidade Fiscal máximo é 6% e o aplicado foi 2,53%. Relatório de gestão fiscal, de janeiro a dezembro de 2025. Receita corrente líquida, R\$ 517 milhões. Despesa total com pessoal, 2,53% R\$ 13 milhões. Limite Máximo Permitido 6% R\$ 31 milhões.





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Limite Prudencial 5,70% R\$ 29 milhões. Limite de Alerta 5,40 % R\$ 27 milhões. Relatório de gestão fiscal quadro comparativo. Limite máximo permitido 6%. 2º quadrimestre 2025, despesa bruta com pessoal 2,49%, R\$ 12 milhões. 3º quadrimestre 2025 despesa bruta com pessoal 2,53% R\$ 13 milhões. Aplicação constitucional 3º quadrimestre 2025. Gasto com folha % do Duodécimo. O máximo é 70% e o nosso aplicado foi 51,81%. Despesas com folha até o 3º quadrimestre 2025, 01/01/2025 a 31/12/2025. Duodécimo recebido, R\$ 21 milhões. Limite máximo permitido de 70% R\$ 15 milhões. A despesa total com folha até o 3º quadrimestre 51,81%, R\$ 11 milhões. Despesas com folha quadro comparativo. Limite máximo permitido 70,00%. Despesa Total com folha: 2º quadrimestre 2025 R\$ 6.938 mil reais. Percentual utilizado 48,19%. 3º quadrimestre 2025 R\$ 11.191 mil reais. Percentual utilizado 51,81 %. Balanço Patrimonial 2025. Ativo permanente: No exercício anterior 2024, nós tínhamos R\$ 1.005 mil reais. E no exercício atual 2025, nós ficamos com R\$ 1.322 mil reais. Ativo financeiro: No exercício anterior 2024 era R\$ 1.585 mil reais. E no exercício atual 2025, R\$ 676 mil reais. Restos a pagar no exercício 2025 Restos a pagar inscritos em 2025, R\$ 462 mil reais. Depósitos e consignações de 2025. Depósitos e cauções, R\$ 12.440 reais. Contribuição do RGPS, R\$ 57.285 reais. No total de R\$ 69.725 reais. Saldo de caixa e equivalente de caixa, até o final do terceiro quadrimestre de 2025. Caixa Econômica Federal R\$ 1.126.794,78. Valor considerado pela contabilidade não considerado pelo banco R\$ 450.023,50. Total disponível R\$ 676.771,28. Obrigada. Previsora: Terceiro quadrimestre de 2025, dados consolidados até dezembro de 2025. Artigo 9º, parágrafo 4º da Lei 101.2000, Lei de Responsabilidade Fiscal. Inciso XI, XII parágrafo 11 e 12 Art. 63 LOM. Alíquotas da contribuição patronal dos servidores ativos e inativos pensionistas vinculados ao RPPS. Essa Alíquota é de 14% para todos. Dos repasses das contribuições estão de acordo com o artigo 25 da Lei Complementar Municipal, 196 de 2020. Das contribuições repassadas, contribuições dos servidores ativo, inativo e pensionista, de janeiro a dezembro de 2025. Contribuição servidor do Legislativo, R\$ 338.436,43. Valor repassado no período o mesmo valor. Contribuição do servidor do Executivo, R\$





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

20.069.745,50. Valor repassado no período, R\$ 18.058.573,39. Valor a repassar até 31/01/2026, valor de R\$ 2.011.172,11. Valor este que já foi repassado, segundo o secretário Fabrício. Contribuição do servidor licenciado, R\$ 94.141,40. Valor repassado, o mesmo valor. Contribuição dos aposentados acima do teto do regime geral próprio, R\$ 1.593.689,66. Valor repassado, o mesmo valor. Contribuição do pensionista acima do teto do RGPS, R\$ 50.861,33. Valor repassado, o mesmo. Totais de valor repassado, R\$ 22.146.874,02. Valor repassado no período, R\$ 20.135.701,91. Valor que falta repassar, R\$ 2.011.172,11. Valor este que já foi repassado agora no início de fevereiro. Contribuição patronal de janeiro a dezembro de 2025. Contribuição patronal do Legislativo, R\$ 338.438,37. Valor repassado no período, R\$ 338.438,37. Contribuição patronal do Executivo, R\$ 20.011.885,04. Valor repassado no período, R\$ 17.799.687,97. Valor que tem que ser repassado até 31/01/2026, R\$ 2.212.197,07. Valor este também que já foi repassado agora no início de fevereiro, então o Executivo está em dia, não deve nada. Aportes patronal déficit atuarial do Poder Legislativo, fluxo financeiro, R\$ 343.705,30. Valor repassado no período, R\$ 343.705,30. Aportes patronais, déficit atuarial do Poder Executivo, fluxo financeiro, R\$ 19.892.110,04. Valor repassado no período, R\$ 743.359,76. O valor pode ser repassado até 31/01/2026, R\$ 1.595.729,19, também que já foi repassado. Competência a repassar após o prazo legal, R\$ 17.553.021,09. Totalizando o valor a ser apurado, R\$ 40.586.138,75. Valor repassado no período, R\$ 19.225.191,40. Valor pode ser repassado até 31/01/2026, R\$ 3.807.926,26. Totalizando R\$ 17.553.021,09. Outras contribuições de janeiro a dezembro 2025, origem das contribuições, parcelamento de débito previdenciário. Valor apurado a ser repassado, R\$ 7.991.217,51. Valor repassado no período, R\$ 7.991.217,51. Compensação financeira do RPPS e INSS, R\$ 339.600,10. Valor repassado no período, R\$ 339.600,10. Contribuições Oriundas de sentença judicial, R\$ 59.927,90. Valor repassado no período, R\$ 59.927,90. Outras receitas de devolução de beneficiário, R\$ 115.518,42. Valor repassado, R\$ 115.518,42. Receita patrimonial em aluguéis, R\$ 138.097,45. Valor repassado, R\$ 138.097,45. Receita patrimonial de investimentos, R\$ 232.047,62. Valor





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

repassado no período, R\$ 232.047,62. Multas e juros de mora, R\$ 18.165,89. Valor repassado, R\$ 18.165,89. Totalizando o valor apurado de R\$ 8.895.274,99. Valor repassado no período, R\$ 8.895.274,99. Utilização dos recursos previdenciários, de janeiro a dezembro de 2025. Despesas por centro de custo. Despesas administrativas com recursos do exercício de 2025, R\$ 2.262.104,51. Despesas com benefícios de aposentados, R\$ 48.382.429,53. Despesas com benefícios de pensionistas, R\$ 5.820.891,07. Outras despesas, custos judiciais, R\$ 1.200 reais. Despesas do exercício anterior, restos a pagar e pago, R\$ 30.098,56. Despesas de consignados do exercício anterior, pago, R\$ 2.021,52. Total das despesas, R\$ 56.499.445,19. Fluxo de caixa das operações no RPPS. Entradas e saídas de recursos, de janeiro a dezembro de 2025. Fontes de recursos e valores. Saldo financeiro em 31 de 12 de 2024, R\$ 168.271.279. Entrada de recursos do exercício de 2025, R\$ 48.256.162,30. Valor de cotas no fundo de investimento de carteira, R\$ 23.041.544,33. Retenções de consignados a serem repassados, R\$ 48.290,82. Utilização de recursos do exercício de 2025, R\$ 56.482.162,20. Disponibilidade de aplicações financeiras em 31 de 12 de 2025, R\$ 183.355.111,54. Superávit financeiro no período, R\$ 14.873.841,25. Valores e desvalorização da carteira de investimentos do PREVIPORÃ de janeiro a dezembro/2025. Valores descritos com as porcentagens e os retornos. Superávit de 4,48%. Rentabilidade da carteira no período de 13,77% ao ano. Meta atual no período de 9,29%. Disponível hoje, aplicações R\$ 183.355.111,54. Total de recursos, R\$ 183.355.111,54. Aqui temos uma tabelinha de desempenho da carteira de investimento do PREVIPORÃ, até dezembro de 2005, com a meta atual vigente de INPC + 5,19%. Esse foi o nosso rendimento, desempenho e metas. Aqui nós temos nossas aplicações disponibilizadas do PREVIPORÃ. Banco do Brasil, Fundo BB PREV TIP IPCA R\$ 1.007.893,83. Banco do Brasil fundo BB PREVID RF IDKA-2, R\$ 8.275.541, RJI corretora DTVM S.A, fundo LEME REC IMA-B-FIRF R\$ 3.216.529, RJI corretora DTVM S.A fundo FIDC LEME REC MULTISSETORIAL IPCA-FIDC SÊNIOR, R\$ 468.929,64, Caixa Econômica Federal, títulos públicos RF R\$ 36.176.996,41. Caixa





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Econômica Federal Fundo CAIXA FI BRASIL IRF-M1 TP RF R\$ 40.964.675,45, Caixa Econômica Federal, FUNDO CAIXA FI BRASIL DISPONIBILIDADE RF R\$ 6.010.565,64, Caixa Econômica Federal FUNDO CAIXA BRASIL IDKA-IPCA2 RF LP R\$ 2.626.531, Caixa Econômica Federal FUNDO CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA R\$ 30.021.942,19, Caixa Econômica Federal FUNDO CAIXA FI BRASIL IMA-B TP TF LP R\$ 1.713.968, Caixa Econômica Federal FUNDO CAIXA FI BRASIL IMA-B5 RF LP R\$ 29.468.502, Caixa Econômica Federal FUNDO CAIXA FI BRASIL IRF-M1 + TP RF LP R\$ 17.525.589,97, Caixa Econômica Federal CAIXA FIA ELETROBRAS R\$ 170.288,66. Banco Itaú S.A FUNDO ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FIC FI R\$ 3.150.923,12, Banco Itaú S.A FUNDO ITAÚ AÇÕES MOMENTO R\$ 40.599,47. Banco SICREDI S.A SICREDI TAXA SELIC FIC FIRF LP R\$ 2.515.643,63. Total das disponibilidades em aplicações financeiras hoje é R\$ 183.355.111,64. Obrigado a todos. Eu quero fazer um adendo aqui, nós acabamos passando sem querer, e eu não falei sobre a nossa devolução para a Prefeitura, que foi feita através do presidente Agnaldo Pereira Lima no ano passado, que foi de R\$ 5.149.064,79, que foi a maior devolução até então que a Câmara fez para a Prefeitura. Obrigada. Passamos a palavra agora ao secretário de Finanças e Planejamento do município de Ponta Porã, o professor Fabrício Cerviéri. Bom dia a todos. Na pessoa do nosso presidente Jelson, agradeço a presença dos ilustres vereadores e do público presente. Então vamos dar início a nossa primeira apresentação deste ano, prestando contas do ano passado, ano de 2025, que foi no meu ponto de vista, dos nove anos que eu estou à frente da pasta, o ano mais difícil que o município enfrentou foi o ano de 2025. Nem no tempo da pandemia a gente teve tantos problemas financeiros, orçamentários, quanto no ano passado. A gente espera que esse ano aqui seja um pouco mais tranquilo, mas os sinais que estão por aí não estão demonstrando isso. Mas enfim, a esperança a gente tem que manter sempre. Então esta apresentação está baseada na lei de responsabilidade fiscal, na lei orçamentária do município de Ponta Porã e no princípio da transparência pública. Bom, as receitas do município no ano passado consolidadas. Ano





CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

passado nós tínhamos um orçamento de R\$ 900 milhões de reais aprovados pela Câmara. O município recebeu desses 900, R\$ 648 milhões. Então dá para ver aqui que tivemos que fazer muitos cortes ano passado, em função da queda da receita. Se a gente comparar com o ano anterior, o ano de 2024, o orçamento era de R\$ 750 milhões e dos 750 a gente recebeu R\$ 705 milhões. Comparando, em 2025 a receita em relação a 2024 caiu 8%, que é uma diferença muito considerável se você contar os números públicos. A gente está falando aí em relação a 2024 uma queda de R\$ 55 milhões de reais e em relação ao orçamento quase R\$ 250 milhões de reais. É muito dinheiro. E temos que acrescentar, como a Fernanda bem disse, dentro desses R\$ 648 milhões tem R\$ 5 milhões aí da Câmara, senão a receita era menor ainda. As principais receitas do município no ano de 2025. Então, as receitas correntes, R\$ 595 milhões de reais, no ano anterior tinham sido R\$ 577 milhões. As principais receitas, então as receitas próprias aqui, IPTU, ISS, Imposto de Renda, R\$ 121 milhões. No ano anterior tinham sido R\$ 112 milhões, a gente teve um pequeno acréscimo. O que está previsto para esse ano? A gente ainda não conseguiu mensurar quanto vai perder com o Imposto de Renda, vai perder muito. A gente está fazendo a prévia dos cálculos com essa nova tabela de isenção do Imposto de Renda do governo federal. Essa rubrica aqui de Imposto de Renda vai cair razoavelmente na arrecadação do município. A gente ainda não tem os números, mas já está prevendo uma queda muito forte. Transferências da União, R\$ 179 milhões, no ano anterior tinham sido R\$ 160 milhões, então tivemos um ganho aí de quase R\$ 20 milhões. Transferências do Estado, ICMS e IPVA, R\$ 136 milhões, no ano anterior foram R\$ 141 milhões, tivemos uma queda aí também. Na arrecadação de ICM e de IPVA. E esse ano de 2026 já tivemos queda em ambas as rubricas, tanto IPVA quanto ICMS. O IPVA, para ter uma ideia, se somarmos janeiro e fevereiro desse ano, ele entrou um milhão de reais a menos do que ano passado. Fevereiro é quando entra o maior volume de dinheiro do IPVA. Somando os dois meses, a gente tem um milhão de reais a menos. Segundo o Estado, pela consulta que a gente fez, é que muita gente, em vez de pagar à vista, este ano parcelou. Então, já dá para ver que não é só um problema municipal, é um problema geral, a





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

questão financeira. FUNDEB, R\$ 105 milhões arrecadados. A previsão para esse ano agora é de R\$ 115 milhões. Receita de capital, R\$ 71 milhões. E aqui foi uma grande perda. Em 2024, a gente arrecadou R\$ 160 milhões. O que é receita de capital? Convênios, empréstimos. O município pegou menos financiamentos e teve muito menos repasses e tivemos um repasse menor, também, de convênios. Então, a redução do investimento foi muito forte. A receita Intra-Orçamentária está prevista na ordem de R\$ 24.900 milhões e deduções da receita, Fundeb fechando a receita nos R\$ 648 milhões. As despesas do município. Então, tínhamos um orçamento, também, de R\$ 900 milhões, empenhamos R\$ 655 milhões, um pouco mais do que o arrecadado, ficaram restos para o ano de 2026 para serem pagos. As principais receitas. Pessoal em encargos, R\$ 331 milhões. Ano anterior, R\$ 314 milhões. Juros e encargos da dívida, pagamos R\$ 10,5 milhões. Em 2024, tínhamos pago R\$ 9 milhões. Despesas com custeio, a operação das secretarias, R\$ 187 milhões. Tivemos uma economia de 5 milhões, em 2024, gastamos R\$ 192. Investimento. Investimos R\$ 80 milhões. No ano anterior, tínhamos investido R\$ 180 milhões. Amortização da dívida. Pagamento do principal da dívida R\$ 44 milhões, quase 45 milhões. No ano anterior, em 2024, a gente pagou só R\$ 29 milhões. Então, nós pagamos quase R\$ 14 milhões a mais do principal de dívidas, reduzindo a dívida do município. Isso é algo que eu venho falando ao longo dos anos, que à medida que a gente vai pagando essas dívidas e não contraindo novas, a tendência é que elas sejam autopagáveis e a gente tenha uma redução da dívida. FUNDEB, arrecadado R\$ 106 milhões, gastos 99% com pessoal e 0,1% com apoio ao ensino. Saúde. Ano passado, a gente sofreu muitas críticas, que o orçamento de 2024 tinha sido de R\$ 118 milhões de reais na saúde e no ano passado foi de R\$ 106 milhões. Eu lembro que no começo do ano a gente, vamos usar a palavra certa, apanhou muito por causa dessa redução de orçamento. A gente arrecadou R\$ 106 milhões. Por isso que nós usamos esse valor como referência para 2025. Desses R\$ 106 milhões aqui previstos, entrou só R\$ 101 milhões. Principais recursos. Recurso próprio do município, R\$ 44 milhões, um milhão a mais que o ano anterior. A União, R\$ 47 milhões no ano de 2025, quase R\$ 48 milhões, tinha





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

mandado R\$ 34 milhões em 2024. O Estado mandou R\$ 8 milhões em 2025 e tinha mandado R\$ 28 milhões em 2024. Caiu 20 milhões o repasse do Estado para a saúde no ano de 2025. Rendimentos e outras receitas, R\$ 900 mil reais. Total arrecadado da saúde, R\$ 101 milhões, frustrando o orçamento de R\$106 milhões. Foi R\$ 5 milhões a menos que o orçamento. Assistência social. Recursos próprios do município, R\$ 14 milhões. União, R\$ 2 milhões. Estado, R\$ 1 milhão. Rendimento, R\$ 173 mil reais. Arrecadado, R\$ 17,5 milhões. Próximo do que tinha sido orçado de R\$ 18,8 mil. A gente arrecadou exatamente aquilo que tinha orçado para 2024. Limites legais de responsabilidade fiscal. Gastos com pessoal, 50,05%. Em 2024, a gente estava com um índice de 49 %. Como a receita caiu, não diminuiu o pessoal, a gente teve um aumento de índice para 50,05%. O limite prudencial, aquilo que a gente fica cuidando mais de perto, é de 51,3%. Então, a gente ainda está com uma sobra de 0,8%. Investimento em educação, 28,85%. Exatamente 1% a menos do que no ano anterior, mas acima dos 25% legal. Se você colocar que a receita caiu 8% e o rendimento só caiu 1%, na proporção teve um aumento de investimento em educação. Investimento em saúde, 15,41%. Basicamente o mesmo número do ano anterior. Todos os índices dentro da lei de responsabilidade fiscal. Encerrando, a dívida do município de Ponta Porã. Em 31 de dezembro de 2024, a nossa dívida era de R\$ 275 milhões, e agora ela caiu para R\$ 261 milhões. Então, a gente tem lá, com Caixa Econômica e Banco do Brasil, de R\$ 59 milhões, caiu para R\$ 50 milhões. O FONPLATA, de R\$ 132 milhões caiu para R\$ 120 milhões. Precatórios, INSS e Previporã, aqui aumentou de R\$ 72 milhões para R\$ 80 milhões. E PASEP e Precatórios manteve no mesmo patamar de R\$ 11 milhões. A gente teve uma redução na dívida do município em torno de R\$ 14 milhões de reais. Era isso que tinha, presidente. Estamos abertos para questionamentos. As perguntas podem ser direcionadas a servidora Bel, que já está recolhendo e passando para a gente aqui. Eu solicito que a mesa seja composta novamente, para que a gente possa dar continuidade a alguns esclarecimentos e algumas perguntas que alguém, por ventura, tenha feito. Em tempo, gostaria de agradecer a presença do senhor Carlos Nóbrega de Freitas, Sub- secretário municipal de Fazenda





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Planejamento e Orçamentário, e do senhor Renê José Pedroso, diretor financeiro do Previporã. Em tempo, também gostaria de agradecer a presença do senhor Rodrigo Sette, que se encontra presente aqui conosco na prestação de contas deste semestre. Agradecer também a presença de todos da imprensa que estão aqui. Tião Prado, em especial, que está sempre presente. Giovanni Cesar, também, muito obrigada pela sua presença. O senhor Carlos Monfort e os demais que se encontram aqui, que talvez eu não tenha visto ainda, mas muito obrigada. Agradecendo a presença de todos. Solicito novamente aos participantes que se encontram no plenário que observem a inscrição para questionamentos na lista com a servidora encarregada, Bel. Agradecemos também a presença do excelentíssimo senhor vereador Vanderlei Avelino, que se encontra aqui junto conosco. Passaremos para a parte dos questionamentos, de acordo com as perguntas aqui recebidas pela servidora Bel, e ainda há tempo para inscrições. Três perguntas aqui, professor Fabrício, e a maioria delas, das outras perguntas que estão chegando aqui, sempre são para o Poder Executivo. O vereador Jelson Bernabé, presidente desta casa, ele pergunta, poderia explicar para a população como está o ritmo da arrecadação ao longo desse período que foi apresentado, que é cerca de 72% que foi arrecadado até agora dentro daquele período, e foi menor do que o esperado para o período. Quais são as receitas que tiveram melhor desempenho, e quais são as receitas e os seus desafios? E que ações estão sendo adotadas para fortalecer a arrecadação própria do município, sem aumentar a carga de impostos para o cidadão? As três perguntas direcionadas pelo presidente da casa, o vereador Jelson Bernabé. Vamos lá, começando pela primeira, em relação aos 72% arrecadado em relação ao orçamento. Na verdade, a gente manteve o fluxo de gestão do município, o rodar do município, a manutenção das secretarias e dos serviços, sem muita alteração em relação ao ano anterior. A grande queda que a gente teve na arrecadação, como eu demonstrei na apresentação, foi na questão dos investimentos. Então, as receitas de capital foram muito fracas, e isso fez com que a gente tivesse que cortar investimento, e não cortar a manutenção da prefeitura. Já respondendo a questão em relação às receitas que tiveram melhor desempenho, a maioria delas se





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

manteve nos mesmos patamares dos anos anteriores. A gente não tem tido um aumento considerável de receitas. Basicamente, elas têm subido a inflação e nada mais do que isso. Para esse ano de 2026, a gente tem uma previsão não muito agradável, tem de queda de ICMS, apesar do índice do município ter aumentado, o governo do estado perdeu muito com a questão do gás da Bolívia. E a relação ao aumento de impostos, a gente vai ter agora, em abril, vai ter um aumento do IPTU, já aproveitando para falar um pouquinho disso. Nós estamos fechando o cálculo desse ano. Os carnês provavelmente devem ir para a rua agora na primeira semana de março. E muita gente vai ter muita surpresa, porque foram faladas algumas coisas a respeito do IPTU, sem conhecimento de causa, e teve aumento, realmente, em alguns lugares. Mas aqueles bairros mais novos, com menos de dez anos, esses aí tiveram uma variação muito pequena. Os bairros mais antigos, que a nossa tabela não era corrigida desde 2016, esses tiveram alguma mudança significativa. Entretanto, o valor da construção não foi alterado, o que foi mexido foi apenas no valor do terreno. Então, na hora que se somar os dois e fizer o cálculo do imposto, o aumento acaba sendo diluído. Mas isso a gente explica, presidente, com maior propriedade, agora na hora que a gente soltar o carnê. Mas a gente está tentando. A questão do ISS não teve alteração, as outras taxas do município também se mantiveram dentro do mesmo patamar. O ITR do município, a gente tem colocado só a inflação e tem tido uma arrecadação dentro do estado considerada das melhores. Então, a gente pretende manter, pelo menos manter os números do ano passado, essa tendência. Espero ter respondido, presidente. Uma pergunta na área de educação, feito pelo vereador Vanderlei Avelino. Além da Folha, quais os investimentos em estrutura e apoio pedagógico foram realizados nas escolas nesse período? Isso se diz recurso Fundeb? Fundeb. Nós tivemos ampliação de várias escolas, aumento de salas de aula, alguns investimentos também, a gente cumpriu, porém, 100% com recurso do município. Todo recurso do FUNDEB é gasto 100%, como eu demonstrei ali, 99,9% do recurso é gasto com Folha de Pagamento. Então, toda a parte de investimento feita, ampliação de novas escolas, novas salas, isso tudo foi com recurso próprio. A pergunta que a servidora Natália Nuñez, faz é a





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

seguinte: A despesa empenhada está próxima da arrecadação? E como funciona esse planejamento para garantir que não falte recurso até o final do ano? Na verdade, ela tem que ficar no mesmo patamar da arrecadação, para a gente não ter problemas fiscais. Como você mantém isso? Você vai controlando a receita, e, à medida que você vai empenhando, você vai fazendo cortes de despesas para poder manter o mesmo nível? Então, no fim do ano, nós tivemos que cortar muita coisa para poder manter dentro da responsabilidade fiscal. Vereadora Natália Velasques, que faz a pergunta sobre questão de saúde. Na saúde do município, o município cumpriu o mínimo constitucional com esses recursos, e se traduziram em atendimento, exames e melhorias para a população? É bom salientar que, na saúde, além de ter cumprido o índice legal, nós tivemos uma queda de arrecadação muito grande na saúde. Apesar da União ter revertido um pouco mais de dinheiro, que manteve o nosso padrão, a gente gasta hoje, isso não é de conhecimento da população, cerca de um milhão e meio com médicos em especialidades por mês, prestando serviços muito maiores do que a atenção básica. Isso só gasto com profissionais. Na sua apresentação também, em relação à saúde, colocamos que teve uma redução em torno de R\$ 20 milhões do repasse do Estado. Isso tudo foi absorvido pelo município? Não, dos R\$ 20 milhões, R\$ 13 milhões veio a mais da União. Então isso se repetiu em sete? O município colocou dois a mais, e a gente teve uma queda de cinco na arrecadação. A gente era para arrecadar R\$ 106 milhões, arrecadou R\$ 101 milhões. Então o que era do Estado foi compensado pela União, parcialmente. Não, não repõe. Isso é recurso do próprio Estado e emendas do Estado. Não é o constitucional. A última pergunta aqui, se tiver mais alguém que queira fazer pergunta, pode informar e passar para a servidora Bel. Essa última pergunta é do vereador Gabriel Arce. O gasto com o pessoal está dentro do limite legal. Como que a administração está organizando para manter esse equilíbrio nos próximos anos? A ideia era fechar sempre abaixo de 48%. A ideia inicial era fechar ano passado com 45% e fechamos com 50%. Isso em função da queda da arrecadação. Porém a gente está dentro do limite legal e isso é um cálculo que você faz mês a mês. Calcula o arrecadado, pega a folha do mês, faz a proporção e não





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

deixa aumentar essa proporção. Como que você segura? Segurando contratações e tentando buscar uma receita maior. Quanto maior a receita, maior o espaço para você ampliar a base de funcionários. Mas como nós não tivemos aumento de receita, então também tem que enxugar a folha. Agora a última pergunta que chegou para a gente foi a do Caíque, Departamento Legislativo. Fala sobre a dívida e a sustentabilidade. Quais são os próximos passos para continuar reduzindo o endividamento do município? O que você faz? Pagar mais do que você recebe. Apesar de já ter sido aprovada nessa casa no passado, um financiamento junto a um outro banco internacional, a CAF, que esse recurso a gente está trabalhando para que ele aconteça em outubro, se tudo der certo, a gente deve assinar o contrato só em outubro. Porém, esse recurso vai aumentar a nossa dívida, a gente vai pegar R\$ 30 milhões de dólares, mas a nossa dívida vai aumentar R\$ 5 milhões, porque grande parte dele é para antecipar e quitar o FONPLATA. A gente vai fazer um pagamento único de uma boa parte da dívida com FONPLATA e vamos pegar um recurso maior para investimento. Qual é a vantagem disso? A gente ganha carência, alonga o perfil da dívida e sobra mais dinheiro para investimento interno. Mas a dívida vai continuar caindo porque a gente está com os pagamentos, por exemplo, Receita Federal, INSS, Previporã, sendo cumpridos e não temos feito maiores endividamentos. O Miguel Jaime, que representa o Previporã, hoje, ele faz a pergunta seguinte, os vereadores foram malhados nas redes sociais com o aumento do IPTU de 400%, fato ou fake? Então, não existe 400% geral até porque é proibido você fazer um índice para todo mundo, um índice único, isso é ilegal e inconstitucional. Como é que funciona para você aumentar o IPTU? Faz uma avaliação do imóvel. O município de Ponta Porã é dividido em regiões, tem um zoneamento para cálculo do IPTU e é feita uma amostra onde você vê o preço do terreno e o preço dos imóveis nessa região. Com base nessa tabela é que você faz o cálculo do imposto. Você vai ter regiões agora na cidade que não vai aumentar nada para esse ano. Você vai ter regiões que vão aumentar muito mais que os 400% e você vai ter regiões que vão aumentar 5%, 10%, dependendo da valorização da região. Regiões onde o município entrou com asfalto e iluminação essas tiveram um aumento





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

maior. Porém, isso em percentual pode dar um aumento expressivo, mas se você for colocar em valor, é muito pequeno. Eu quero participar um pouco da sua resposta para contribuir. Eu quero dar um exemplo dos 400% que a gente ouviu falar ali, que nós estamos falando de um bairro onde ele pagava R\$ 20 reais de IPTU. Um imóvel, um terreno, pagava R\$ 20 reais de IPTU. E atravessando a rua, e aí eu quero exemplificar mesmo com os nomes dos bairros, que é o Jardim Primavera e o Jardim Altos da Glória. O que divide eles ali é a Rua Guaíba, com todos os serviços que o Alto da Glória tem, o Jardim Primavera também tem. A diferença é que ao atravessar a rua eu pagava R\$ 40 reais de IPTU, enquanto o Alto da Glória pagava R\$ 400 reais de IPTU. Isso no imóvel e no terreno limpo, que tem uma alíquota de 3,5%. E isso aí aumentou por quê? Porque igualou essa região ali. Igualou essa região. Tanto como o professor muito bem disse aqui, bem claro ficou, alguns bairros, e aí nós vamos falar dos bairros que têm menos de 10 anos, que são os bairros novos, e esses já chegaram, não teve aumento, por quê? Porque eles já nasceram no valor real daquilo que está em volta. Todos os loteamentos novos já nasceram no valor real. E muito bem lembrado aqui pela vereadora Natália, que mesmo com esse 400% não equipara o valor do outro bairro. Entendeu? Isso aí para não dar um valor mais significativo, foi feita essa média desses bairros. Agnaldo, hipoteticamente, se eu tivesse o dinheiro, eu compraria, quem quisesse me vender o imóvel pelo valor que está lá, valor Venal, no IPTU, eu compro tudo. Se eu tivesse o dinheiro. Porque ele está muito aquém do mercado e eu ia ganhar muito dinheiro. Não, a benfeitoria conta, porque ela valoriza a região. O terreno, o que a gente aumentou foi o valor do terreno, não o valor do imóvel. E tem mais uma, vereadora, para título de esclarecimento também. O imóvel, o terreno baldio, onde tem só o terreno, a alíquota é 3,5%. Se tem uma casa em cima é 1%. Se tem uma casa em cima, se aquele terreno está cumprindo a sua função social, é 1% do valor do terreno, a geração do IPTU daquele imóvel. É isso que eu acabei de explicar. Porque o terreno está com avaliação de 20 anos atrás e pagando no IPTU de 20 reais. E nós estamos falando de um bairro, por exemplo, Primavera, nós estamos falando de um bairro que inicialmente, o seu início se deu lá na





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

década de 80. Certo? Certo. Então, desde 80, como ele era uma fazenda até 2005, 2008, ele era uma fazenda ainda, mas ele já estava notificado e não pagava nada. Entendeu? E, para complementar, vereadora, o aumento não foi completo porque o município não pode pagar pela inatividade do setor público. Deixa eu explicar isso. Eu não mexia no imposto há dez anos que a tabela não era aumentada. Eu não posso pegar os dez anos e jogar de uma vez só. Teoricamente, a gente teria que fazer isso todo ano. Uma avaliação e um recálculo do imposto. Nós adotamos esse trabalho aqui de fazer gradual, isso para não pesar, até porque a gente sabe da situação financeira não está boa para ninguém, não está fácil. Então, você não pode jogar um aumento gigantesco de uma vez só. Agnaldo e Fabrício, eu só fiz essa pergunta porque, assim, os vereadores realmente foram malhados, foram avacalhados nas redes sociais injustamente. Porque a desinformação é muito grande, é onde todo mundo vai pagar 500%. Não é assim, é como o Fabrício explicou, é por região. Por isso que eu fiz a pergunta. Obrigado, Fabrício. Nesse momento, recebi agora uma mensagem aqui da vereadora Lourdes, aproveitar essa audiência pública e fazer uma pergunta. Os servidores municipais de Ponta Porã fazem mais de três anos, dois anos não me recordo, três anos, não sei se eu vou falar a verdade, que não tem o reajuste salarial. Gostaria de saber se este ano nós vamos contemplar nossos servidores municipais aqui em Ponta Porã. Sim e não. Está em estudo. O prefeito tem me cobrado isso desde o ano passado. Porém, qualquer aumento, sem aumento de arrecadação, nós vamos sair do índice legal do 51.3%. Se ultrapassar ele, a gente já vai ter problemas de repasse de recursos. Se a gente passar os 54%, os convênios da União são cortados, os repasses são cortados, o município sofre uma série de sanções. Então, enquanto a gente não tiver um aumento de arrecadação, a gente não consegue fazer essa correção. O dos professores sai, porque o Fundeb recebe o dinheiro a mais. Apesar que, na comparação, o Fundeb a gente vai arrecadar R\$ 10 milhões a mais, se confirmar o ano de 2026, vai arrecadar 10 milhões a mais. O aumento dos professores está dando um milhão a mais por mês, ou seja, R\$ 12 milhões. O que acontece? Grande parte desse recurso a gente tem que transferir o professor para dentro da prefeitura, tirar do Fundeb e transferir para a





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

folha da prefeitura, para poder cumprir. Isso significa algo em torno, ano passado, a gente pagava de professor, além do FUNDEB, R\$ 2 milhões de reais por mês. Esse ano a gente está tentando ficar em torno de um milhão, dentro da prefeitura, dentro da folha da prefeitura. Para poder reverter esse recurso para o funcionalismo. Mas tudo depende, seria muito fácil chegar aqui, vamos dar um aumento. Não tem, porque você vai descumprir a lei de responsabilidade fiscal e aí você trava o município como um todo. Você dá algo que você não vai conseguir cumprir, não adianta. Então, qual é o planejamento para tentar fazer isso nesse ano? A data base do servidor público abriu, a gente fechar o primeiro quadrimestre, comparar a arrecadação e ver se vai ser possível para soltar um aumento para o segundo quadrimestre. Está dentro, o estudo está dentro desse nível hoje, 100%. Antes de encerrarmos a presente audiência pública, informamos que esta prestação de contas, do terceiro quadrimestre do ano 2025, conforme determina a Lei Complementar 101, de maio de 2000, que trata sobre finanças públicas, bem como o parágrafo único do artigo 63, juntamente com o artigo 92 da Lei Orgânica do município de Ponta Porã, serão devidamente encaminhadas ao Tribunal de Contas para análise, sendo que, após a deliberação do egrégio tribunal, serão encaminhadas para o plenário nesta Casa de Leis. E com a participação do presidente Jelson Bernabé, vereadora Lourdes Monteiro, vereadora Natália Velásquez, vereador Gabriel Arce, vereador Avelino e vereador Carlos Bordão, desta forma, agradecemos a presença de todos e declaro encerrada esta audiência pública de prestação de contas dos Poderes Executivo Legislativo e Previsora do município de Ponta Porã no estado de Mato Grosso do Sul. E, antes de finalizar, gostaria de reforçar que ontem nós tivemos muitos problemas com a Energisa em Ponta Porã, e isso só reforça, vereador Avelino, a nossa audiência que a gente vai fazer com a Energisa, porque ontem, mais de sete vezes, sete picos de energia na região norte e na região sul, na zona rural, onde isso está causando muito prejuízo para a população de Ponta Porã. E eu recebi ontem a ligação, porque eu enviei direto para a diretoria da Energisa, onde eles me falaram o seguinte, oh, manda o protocolo. Você não está entendendo o que está acontecendo. Nós estamos falando da cidade inteira, nós





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

estamos falando de vários pontos da cidade onde as pessoas estão tendo prejuízo e esses picos de energia, eles chegam queimando equipamentos, queimando acessórios das pessoas, inclusive na zona rural, onde precisa, principalmente o pessoal do Laticínio, precisa da energia ali. Então a gente quer saber se pode realmente contar com a Energisa, ou se não, ou se ela realmente, como diz o vereador Bordão, ela merece o prêmio de pior empresa de Mato Grosso do Sul, até hoje, que a gente vem sofrendo com isso daí. Então a Energisa, ela está realmente deixando a desejar. Isso foi falado na alta direção. Só reforçando a sua fala, vereador, que é muito importante, a gente sabe que a prestação de contas aqui não é para a gente falar sobre isso, mas eu recebi aqui no meu telefone, enquanto estava na prestação, que o posto de saúde Geraldo Garcia, lá de Itamaraty, está sem energia, ou seja, as pessoas que procurarem atendimento médico hoje na unidade não poderão ser atendidas, a gente sabe que o programa SUS, ele faz um agendamento obrigatório de pessoas, então as pessoas que estavam agendadas hoje já estão prejudicadas com isso. Escola Estadual José Edson, sem aula. Núcleo do Casarão, sem energia até o momento, então nós estamos falando aí de mais de 28 horas sem energia. Novamente, algo corriqueiro que vem acontecendo, tanto na cidade como no campo. Então nós estaremos aí procurando as medidas cabíveis para que isso não aconteça mais. Muito obrigada.


JELSON BERNABÉ


AGNALDO PEREIRA LIMA


CARLOS BORDÃO


GABRIEL ARCE


LORUDES MONTEIRO


NATÁLIA VELASQUES


VARDERLEI AVELINO

